

JÁ VIMOS ESSA CRISE ANTES?

Números revelam que o crescimento econômico do atual governo atingiu patamares quase tão baixos quanto os registrados no período de crise, que resultou no impeachment de Fernando Collor, na década de 1990.

TEXTO **FABÍOLA PEREZ**



Após uma década de crescimento econômico ascendente e, por vezes, acelerado, os brasileiros voltaram a sentir o receio típico de momentos de crise. A taxa de desemprego, um dos índices que mais preocupam a população, aumentou. Dados recentes mostram que o crescimento econômico durante o primeiro governo da presidente Dilma Rousseff atingiu uma média anual de 2,1%. Trata-se do pior desempenho desde a gestão de Fernando Collor de Mello, em 1990. À época, o produto interno bruto (PIB) recuou uma média de 1,7% ano. Em março deste ano, manifestantes foram às ruas de diversos estados do País pedindo o fim da corrupção e, alguns casos, até mesmo o impeachment da atual presidente. “Existe uma semelhança entre os dois períodos no que se refere à natureza política, ambos os governos atingiram altos níveis de ingovernabilidade”, diz o economista do Insper, Otto Nogami. Mas, segundo ele, apesar de a presidente Dilma Rousseff enfrentar um difícil momento de recessão, economicamente os dois períodos têm características distintas. Assim, ao mesmo tempo em que os dias de crise trazem à tona ares da década de 1990, as medidas adotadas para enfrentar o problema são diferentes. “Naquela época, a origem do problema estava no confisco da poupança que abalou os brasileiros e, hoje, as pessoas sofrem os efeitos de uma política fiscal contractionista”, explica o especialista.

A comparação entre os governos Dilma e Collor começou a ganhar força quando as pressões de grupos que começaram a pedir o impeachment da presidente se intensificaram desde que assumiu o segundo mandato. Com a crise, o dólar em alta e a inflação batendo recordes, o clima de instabilidade e a falta de credibilidade assolaram os primeiros dias do atual governo. A partir disso, a polêmica em torno da possibilidade da renúncia de Dilma

passou a ser amplamente discutida com base em denúncias de desvios de dinheiro público investigadas pela Operação Lava Jato. Nesse momento, a governabilidade de Dilma foi colocada em xeque e as dificuldades econômicas encontraram eco na crise política. “Existe uma semelhança no grau de rejeição das pessoas, a atual presidente perdeu muito de sua popularidade”, afirma o professor de Economia do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (Ibmecc), Felipe Leroy. “Quando o governo perde credibilidade, compromete também o seu poder de ação.” Já em setembro de 1992, o primeiro presidente eleito por voto direto após o regime militar, Fernando Collor de Mello, enfrentou a maior mobilização popular desde a campanha das Diretas Já. A marcha dos estudantes vestidos de preto com as caras pintadas culminou na renúncia do então presidente em processo de impeachment.

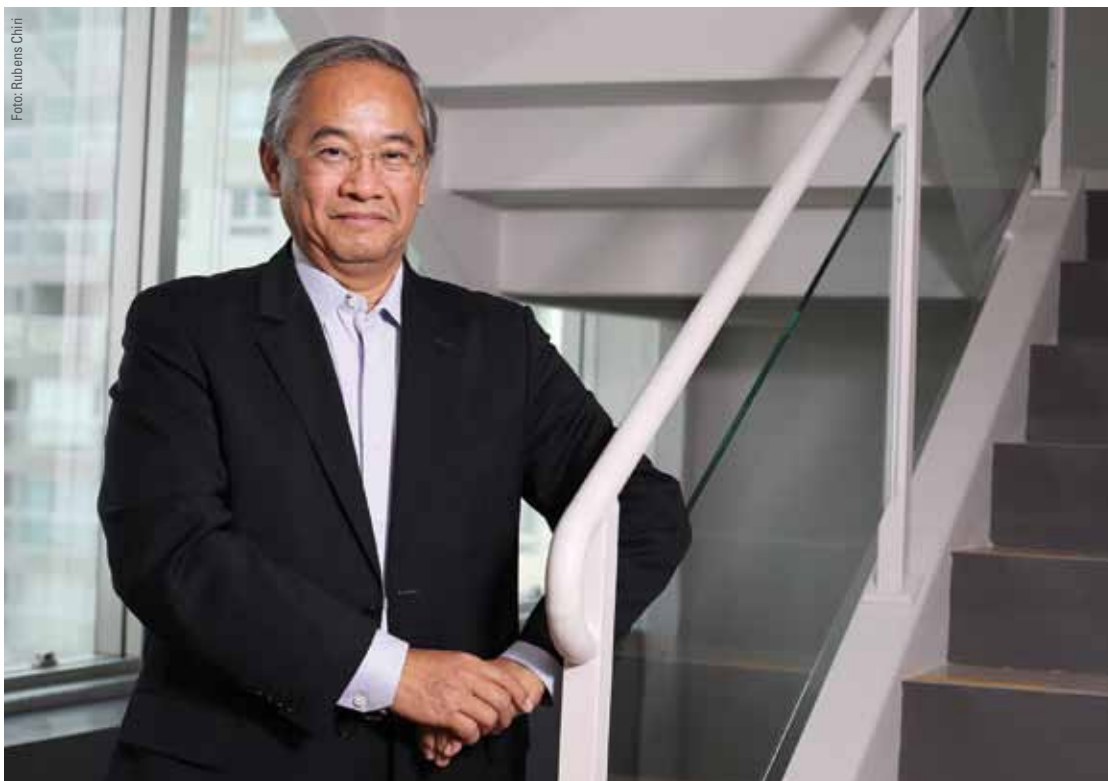
Com um crescimento médio de 2,1% ao ano durante o primeiro mandato, a presidente Dilma registrou o menor avanço desde o Governo Collor e esse resultado levantou questionamentos sobre a condução de sua política econômica. Para o assessor econômico da FecomercioSP, Fábio Pina, é possível apontar semelhanças e diferenças entre os dois governos. “Guardadas as devidas proporções, vivemos hoje uma crise econômica de magnitude, há uma desconfiança generalizada e um temor pelo futuro em função da perda de PIB, da falta de investimentos e da estagnação”, afirma. “A diferença é que a crise atual se instalou lentamente e na época do Collor foi da noite para o dia”, destaca. No estopim da crise de 1990, o governo anunciou aquela que foi considerada a mais drástica e violenta medida econômica para conter a inflação, que chegou a patamares de 2.000% ao ano: o confisco da caderneta de poupança. “Foi uma crise muito

“A MATRIZ ECONÔMICA PRECISA DE MAIS CONTROLE SOBRE AS FINANÇAS PÚBLICAS, NÃO PODE SE BASEAR APENAS EM DESENVOLVIMENTISMO”

HERON DO CARMO,
ECONOMISTA DA FEA-USP



Foto: Rubens Chiri



séria, sem precedentes, todo o capital político angariado pelo primeiro presidente eleito depois do regime militar se esvaiu em consequência de um plano econômico agressivo”, afirma o professor de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), Heron do Carmo.

PLANO COLLOR

Desde a década de 1980, a inflação era um dos problemas mais sérios do País. Com isso, um dia após a posse, Collor anunciou o plano Brasil Novo, que passou a ser chamado de

“Plano Collor”. O objetivo era atacar a inflação em algumas frentes: reduzir o excesso de dinheiro circulante, cortar o déficit público e promover a desindexação, ou seja, evitar que os preços incorporem a inflação passada. Para isso, a principal medida adotada foi o confisco da poupança, que bloquearia por 18 meses os investimentos acima de NCz\$ 50 mil (cruzados novos). A ideia era controlar os preços baseado no enxugamento da liquidez. “Era um cenário de desorganização acentuada, não tínhamos estabilidade monetária”, diz Álvaro Martim Guedes, especialista em

“EXISTE UMA SEMELHANÇA ENTRE OS DOIS PERÍODOS NO QUE SE REFERE À NATUREZA POLÍTICA, AMBOS OS GOVERNOS ATINGIRAM ALTOS NÍVEIS DE INGOVERNABILIDADE”

OTTO NOGAMI,
ECONOMISTA DO INSPER

Administração Pública da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Os bloqueios deram origem à troca de moedas e o cruzado passou a se chamar cruzeiro. A medida, porém, acabou não sendo bem-sucedida. Além da atmosfera de insatisfação generalizada, parte da população pressionou o governo por meio de decisões judiciais para a liberação do dinheiro confiscado. A falta de recursos logo deu sinais de que aquela não era a melhor saída para a recuperação da economia. “Foi no governo Collor que a inflação atingiu o maior pico da história do Brasil, e os mecanismos das políticas monetária e fiscal não ajudaram a resolver o problema”, explica Leroy, do Ibmec.

Depois de ter atravessado quase duas décadas sob os impactos negativos da hiperinflação e frequentes correções monetárias, o descrédito com a política econômica da época Collor preparou o terreno para a chegada do Plano Real e a estabilidade monetária. Atualmente, voltou-se a temer o aumento da inflação. “Antes, a moeda no Brasil era uma ficção, não havia confiança, e para os assalariados, a inflação era muito corrosiva”, diz Pina, da FecomercioSP. Enquanto nos anos Collor, as medidas adotadas para salvar a economia foram os planos econômicos, no atual mandato da presidente Dilma foi posto em prática o ajuste fiscal.

Baseado em medidas como o corte de gastos e o aumento de impostos, o ajuste fiscal que vem sendo praticado pelo governo ficou conhecido por resgatar medidas impopulares e causar prejuízos a muitos trabalhadores. O atual ministro da Fazenda, Joaquim Levy, anunciou a meta de reduzir as contas públicas em 2015 em R\$ 66,3 bilhões – ou 1,2% do PIB. Isso significa rever o orçamento de alguns ministérios, cortar gastos do Programa de Aceleração do Crescimento, reduzir o acesso aos

benefícios sociais, aumentar impostos sobre o preço do combustível, entre outras medidas. De acordo com o economista da FecomercioSP, ocorreu que, em um determinado período, o modelo adotado não se sustentou, porém, somente agora as famílias passaram a sofrer as consequências. “A crise provocou corte em alguns programas sociais e chegou ao emprego.” Para ele, o confisco da poupança durante o Governo Collor foi um “infarto fulminante” e os erros sucessivos nos mandatos recentes, como programas de incentivo e excessivo gasto público, apontam a falta de um arranjo macroeconômico. As contas da presidente Dilma fecharam o ano passado com um déficit de R\$ 17,2 bilhões. O Governo Central, que reúne as contas do Tesouro Nacional, da Previdência e do Banco Central, registraram o pior desempenho da série histórica, que teve início em 1997.

CENÁRIO RECESSIVO

O aumento de despesas, a queda na arrecadação e a redução na atividade econômica são os principais fatores responsáveis pelo atual cenário de recessão. O economista da USP, Heiron do Carmo, explica que, apesar de os fundamentos macroeconômicos estarem mais sólidos e de não haver um congelamento de recursos, a situação não é favorável. “A matriz econômica precisa de mais controle sobre as finanças públicas, não pode se basear apenas em desenvolvimentismo”, afirma. “Passamos por uma série de experimentalismos que nos levou a esse caos.” Medidas como redução no preço da energia elétrica, estímulo ao transporte individual e a concessão de crédito, segundo ele, demonstram uma desarticulação na conjuntura econômica do País – bem diferente do plano elaborado pela ministra Zélia Cardoso de Mello, que propôs uma intervenção econômica muito mais violenta. Os mi-

NO ESTOPIM DA CRISE DE 1990, O GOVERNO DE FERNANDO COLLOR ANUNCIOU O CONFISCO DA CADERNETA DE POUPANÇA. APÓS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO, A MARCHA DOS ESTUDANTES COM AS CARAS PINTADAS CULMINOU NO IMPEACHMENT DO PRESIDENTE EM SETEMBRO DE 1992



Foto: EBC

nistros da Fazenda dos dois chefes de Estado têm perfis profissionais diferentes.

Por ter sido o primeiro presidente eleito por voto popular após o regime militar, o contexto político pesava nas ações e propostas do governo. “Havia demandas reprimidas da sociedade desde o regime militar, crise nos cenários interno e externo”, explica o economista. Hoje, os motivos que preocupam são de outra ordem: “temos uma política monetária coerente, mas, em compensação, o déficit público aumenta.” Para se ter ideia, números revelam que se gastou do Orçamento Geral da União de 2013 cerca

de 40% com o pagamento de juros e amortização da dívida. “O Brasil é ingovernável dessa forma”, diz o economista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), José Nicolau Pompeo. “Enquanto o presidente Collor provocou um choque em toda a economia, o ajuste fiscal de Dilma teve como primeiro resultado o desemprego”, diz. A dificuldade para governar existiu, segundo o especialista, em ambos os governos, mas a atual dívida interna é o principal responsável pelo baixo crescimento da atividade econômica. “A recessão será pelo menos até o fim de 2016”, prevê. [8]